

EDITORIAL

Prezados leitores,

Comunidade Acadêmica,

Chegamos em Dezembro... Mais um ano de intenso trabalho e grandes resultados se encerra! Desde 2008 a Revista E-Civitas divulga artigos de numerosos autores.

Estamos no segundo volume de sua XIII Edição. Os artigos aqui contidos versam sobre diversos temas, frutos de reestruturação de ideias e de pesquisas que possam contribuir para evolução da ciência jurídica.

Inicialmente, relacionado ao Direito de Família, *Ariel Sousa Santos* e *Tanise Zago Thomasi* apresentam **“A APLICAÇÃO DO INSTITUTO JURÍDICO DA SENEXÃO NO BRASIL”**, em que abordará o Projeto de Lei nº 105 de 2020.

Em seguida, **“A DEMOCRACIA COMO UM TERRENO EM DISPUTA: AS TENSÕES DO LIBERALISMO COM A AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS”**, trazido por *Julie Katlyn Antunes Schramm*, *Moisés Alves Soares* e *Regina Teresa Pinheiro da Silva*, analisará a contradição entre o liberalismo e a ampliação dos direitos políticos, a partir da adoção do sufrágio universal.

Aline Martins Cruz, *Marcos Eugênio Vieira Melo* e *Roberto Barbosa de Moura* apresentam: **“A MERCANTILIZAÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DOS APARELHOS MIDIÁTICOS: UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA NA CIDADE DE MACEIÓ A PARTIR DA ANÁLISE DO PROGRAMA FIQUE ALERTA”**, cujo objetivo é compreender o fenômeno da criminologia midiática dentro do contexto da criminalidade alagoana, analisando o seu discurso de poder e saber criminológico superficial que emerge das nuances desta criminologia.

Através do tema **“A PUBLICIDADE NA SOCIEDADE DE CONSUMO E OS INFLUENCIADORES DIGITAIS”**, *Bruno Fediuk de Castro* e *Gilberto Bomfim* buscam demonstrar o estímulo dos influenciadores no comportamento de compra dos consumidores, a importância da publicidade na sociedade de consumo e as normas legais



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH - Belo Horizonte
Volume XIII, número 2, dezembro de 2020 - INSS: 1984-2716 - ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

que tratam das ações de publicidade no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e no Conselho de Auto-regulamentação Publicitária (CONAR).

Os autores *Diego Monteiro de Arruda Fortes* e *Victor Willian Brito Silva* têm por objetivo destacar a crise endêmica do ensino jurídico no Brasil e demonstrar quais são os reflexos de um consequencialismo acadêmico nas decisões judiciais no artigo **“AUSÊNCIA DE CRITICIDADE NO ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO: SUAS ORIGENS E O REFLEXO DO CONSEQUENCIALISMO ACADÊMICO NAS DECISÕES JUDICIAIS”**.

“DA POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO ECOCÍDIO PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL”, criado por *Caroline Machado* e *Charles Alexandre de Souza Armada*, desenvolverá os fundamentos que permitiriam o reconhecimento, por parte da Corte Internacional, do Ecocídio como um crime contra a Humanidade.

Outro artigo científico relevante, **“DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E CONGRUÊNCIA POLÍTICA: UMA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE”**, escrito por *Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis* e *Lucas Mendes*, busca discutir a noção de congruência política no contexto da democracia representativa positivada no texto da Constituição Federal de 1988, com vistas a uma agenda de pesquisa sobre o tema.

Em seguida, *Cassiana Gomes Calomeno* e *Marco Antonio Lima Berberi* em seu artigo **“DIREITO DE AUTOR E REDES SOCIAIS DIGITAIS NA SOCIEDADE EM REDE”** objetivam contribuir de alguma forma com a discussão a respeito dos limites do direito de autor no ordenamento brasileiro.

Através do tema **“O DIREITO E A PÓS-VERDADE: A ECLOSÃO DAS “FAKE NEWS” NO PROCESSO DEMOCRÁTICO À LUZ DA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA”**, *Ana Camila Freitas de Barros Marques* e *Pedro Léo Alves Costa* buscarão observar os meios combativos à era da Pós Verdade, bem como à propagação de “fake news”, através do estudo analítico sistêmico de teorias constitucionais, buscando a prevenção e punição efetiva daqueles que infringem à lei, assegurando assim, a ordem constitucional brasileira.



Tendo por objetivo analisar quais as principais repercussões do princípio da confiança na estrutura de imputação jurídico-penal, *Marcos Afonso Johner* apresenta **“O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA EM DIREITO PENAL”**

“SOBRE A POSSIBILIDADE DE DENÚNCIA DE TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS POR ATO UNILATERAL DO CHEFE DO EXECUTIVO”, escrito por *Fernanda Araújo Kallás e Caetano, Layãna Peixoto Ferreira Nascimento e Lorena Monteiro de Lima*, visa analisar a possibilidade de denúncia de tratados por ato unilateral do Presidente da República, especialmente no que se refere aos tratados de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil antes e depois da Emenda Constitucional 45.

O artigo **“TERRA, CULTURA E COLETIVIDADE: PROTEÇÃO DOS SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU”**, elaborado por *Marcella Luana Sampaio Nunes*, trata de uma revisão bibliográfica sobre a realidade histórica, cultural, política, social e econômica da comunidade tradicional que se reconhece e autodefine como quebradeiras de coco babaçu.

E para finalizar, os autores *Vinicius Villani Abrantes e Thiago Giovani Romero* apresentam **“VOZES SILENCIADAS DAS MIGRAÇÕES DE CRISE NO BRASIL: “PARA QUE LÍNGUA DE ACOLHIMENTO?”**”, em que a pesquisa está inserida no contexto das migrações transnacionais, no qual o Brasil é considerado um dos países de destino. A partir desse plano de fundo, o trabalho promove uma reflexão sobre a finalidade da Língua de Acolhimento.

Reiteramos os agradecimentos a todos os parceiros autores e avaliadores, que viabilizaram mais esta publicação.

Estendemos o convite aos demais pesquisadores da comunidade jurídica, para que compartilhem conosco os seus artigos, através das próximas publicações.

Fernanda Araújo Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH - Belo Horizonte
Volume XIII, número 2, dezembro de 2020 - INSS: 1984-2716 - ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>